

À beira do abismo: contribuições pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo¹

Flavio Toassi CRISPIM²

Jorge Kanehide IJUIM³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Esta monografia estabelece conexões entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo, entendido como forma social de conhecimento. Parte-se do pressuposto de que a perspectiva positivista e cartesiana de modernidade promoveu, em certa medida, o imperialismo sobre as comunidades colonizadas não somente no campo político-social, mas também no campo da produção do conhecimento. A partir disso, propomos que o jornalismo pode contribuir para o processo de desnaturalização de diferenças, oferecendo ferramentas que visam construir espaços politicamente engajados e que possibilitem a superação de opressões historicamente enraizadas. O objetivo desta monografia é identificar contribuições dos estudos pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo, tendo em vista que existem formas de produção de conhecimento complexa e dialeticamente diversas.

Palavras-chave: Jornalismo, Epistemologia, Estudos Pós-coloniais.

1 Pós-colonialismo: origens e desdobramentos teórico-conceituais

Um dos autores contemporâneos que estudam, dentre outros temas, a superação da colonização do saber, é o pesquisador português Boaventura de Sousa Santos. O autor propõe a utilização do termo “pensamento abissal” para marcar as diferenças entre o pensamento moderno ocidental e as demais formas de produção de conhecimentos e compreensão da realidade, oriundas de contextos históricos e etnogeográficos distintos. Com essa tese, ele sustenta que a estrutura da epistemologia eurocentrada não permite sua copresença com conhecimentos derivativos de outras epistemologias e significações, criando, assim, um monopólio epistemológico sobre a compreensão da realidade. Para ele,

o caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade. Sendo certo que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o fato de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos [...] (SANTOS; MENEZES, 2010, p. 33).

O reconhecimento da persistência historicamente enraizada do pensamento abissal torna-se, portanto, uma possibilidade para pensar e agir para além dele. Do contrário, o pensamento

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Jornalista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: flaviotoassi@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo e da Pós-graduação em Jornalismo/UFSC, email: ijuimufsc@gmail.com

crítico tende a permanecer como uma proposta derivativa, cuja essência continuará a reproduzir as linhas abissais. No pensamento pós-abissal, a busca de credibilidade para conhecimentos não-científicos não implica o descrédito da ciência. Implica, simplesmente, na sua utilização não hegemônica.

A partir dessa perspectiva, foram estabelecidos os conceitos das “epistemologias do sul” (SANTOS; MENEZES, 2010). Nesse caso, o Sul se estabelece como oposição ao Norte global ocidentalizante, em que estão incluídas nações defensoras/reprodutoras dos paradigmas imperialistas de produção do conhecimento não somente no Norte geográfico (como é o caso dos países anglófilos da Oceania). O Sul global, para Santos (2010), refere-se a todas as nações e etnias cujas culturas foram submetidas aos ditames do imperialismo e que tiveram conhecimentos subjugados, esquecidos e marginalizados em todo o globo. Para tais regiões e populações, segundo Aníbal Quijano, isso implicou um processo de “re-identificação histórica”, pois foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais a partir da Europa. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações, não somente no campo político, mas também no campo da produção intelectual. Segundo o autor,

a incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. [...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 110).

Boaventura de Sousa Santos (2010) utiliza o termo “epistemicídio” para descrever o processo de desvalorização e conseqüente esquecimento de maneiras não-europeias de entendimento do mundo. O mesmo autor defende, assim, que a razão ocidental postula um desperdício das experiências humanas, gerando, em última instância, um empobrecimento das possíveis manifestações e um enquadramento enclausurante das liberdades intelectuais, epistemológicas, culturais e artísticas a um modelo previamente definido. Em relação ao campo das ciências sociais e humanas, tal perspectiva necessita, portanto, de análises mais complexas (MORIN, 2008). É por isso que, a partir dessa perspectiva, compreende-se que a própria ciência moderna é (e deve ser) internamente diversa. Portanto, no escopo das elaborações acadêmicas desenvolvidas em todo o mundo, seria um reducionismo acreditar que toda a produção acadêmica reproduz padrões hegemônicos somente porque foi

concebida sob a égide Ocidental. Mesmo assim, com a teoria pós-colonial, dois desafios para uma possível superação epistemológica podem ser estabelecidos: o primeiro, um desafio desconstrutivo, que consiste em identificar os resíduos eurocêntricos herdados do colonialismo e presentes nos mais diversos setores da vida coletiva, da educação à política, do direito às culturas. O segundo desafio, um desafio reconstrutivo, que consiste em revitalizar as possibilidades histórico-culturais das heranças nacionais, culturais e etnográficas interrompidas pelo colonialismo e pelo neocolonialismo (SANTOS, 2002).

Nesse contexto, defendemos que o jornalismo, entendido como forma social de produção de conhecimentos, pode contribuir para o processo de desnaturalização do discurso hegemônico, oferecendo ferramentas que visam a uma alternativa de emancipação epistemológica. Além disso, os avanços tecnológicos dos meios de comunicação têm favorecido a exposição e o contato entre diferentes culturas, epistemologias e crenças, ampliando e complexificando as possibilidades humanas de sincretismo e de apropriação de conhecimentos.

A atualidade da manutenção e da oposição às hegemonias sociopolíticas em relação às questões de gênero, identidade, racismo e etnicidade podem ser tidas como estruturantes para uma proposta teórico-prática emancipatória no jornalismo, buscando, assim, descolonizar o campo jornalístico e desconstruir paradigmas. Tendo isso em vista, alguns dos questionamentos que podem ser levantados sobre o tema incidem sobre o campo do jornalismo enquanto prática. Nesse âmbito, de que forma e “com que voz-consciência o subalterno pode falar?” (SPIVAK, 2010, p. 61). Quais seriam os meios de empoderamento dos sujeitos marginalizados no ambiente da imprensa? E, indo um pouco além, seria possível uma descolonização do jornalismo?

2 O jornalismo como forma social de conhecimento

Considerando que o jornalismo não é apenas uma forma de comunicar fatos e opiniões a um público, mas implica, por um lado, formas particularíssimas de “captação do real” e, de outro, sua formalização num discurso, Sylvia Moretzsohn (2007) aponta algumas questões que devem ser consideradas para que se possa compreender a rede de sentidos e significados na qual o campo do jornalismo está imerso: a visão com a qual os jornalistas percebem o mundo, seus objetivos, a estrutura e a rotina das organizações onde trabalham, as condições técnicas e econômicas para a realização de suas tarefas e, sobretudo, os conflitos de interesses implicados na circulação social de informações. Ao elaborar uma

proposta de definição de uma epistemologia própria do jornalismo, a autora Gislene Silva aponta duas linhas comumente adotadas por pesquisadores:

Uma dessas linhas sustenta-se sobre o aporte da construção da realidade social e, à superfície, é margeada pelas investigações a respeito dos reordenamentos do senso comum. A outra se volta para a percepção do jornalismo como narrativa; uma narrativa configurada como novos modos de manifestação simbólica e mítica, margeada por sua vez pela dimensão subterrânea do imaginário, sempre na direção da produção de sentido [...] (SILVA, 2005, p. 96).

Além disso, a autora sugere que o percurso se complexifica a partir de “sutis demarcações entre as pesquisas sobre o jornalismo como construção de sentido e de realidade social, por um público, e aquelas sobre as notícias como construções elas mesmas, construídas pelos jornalistas [...]” (SILVA, 2005, p. 97). O jornalismo, portanto, inscreve-se na rede simbólica, na teia de significado que os seres humanos tecem e dentro da qual vivem e participa vivamente na produção dessa teia de significação. Em alternativa, a discussão em torno da estrutura das notícias pode organizar-se à luz de uma teoria cuja crítica “considera que é já ideológica a própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder” (VOGEL, 2005, p. 125).

Nesse sentido, “dada a proximidade com os fatos, com seus agentes e com os atingidos por eles, a subjetividade das notícias dificilmente é ocultada por sua objetividade formal” (MEDITSCH, 1992, p. 57).

Se se propõe a possibilidade de que o espaço da comunicação seja um lugar estratégico para pensar a sociedade, significa refletir sobre o peso social dos estudos do jornalismo enquanto ferramenta emancipatória socialmente estabelecida. Além disso, tais manifestações, se adotadas pelo contexto jornalístico, se transformam, historicamente, como ação política, discurso e narrativa, dispositivo tecnológico, mediação de sensibilidade, experiência estética e cultural, todas circunscritas nas relações entre sujeitos sociais.

O conhecimento produzido pelos jornalistas, contudo, apresenta limitações lógicas decorrentes não só de condicionamentos culturais historicamente determinados, mas também em decorrência de seus problemas estruturais e de sua configuração industrial. De acordo com Rocha (2011), tais limitações atribuídas ao jornalismo, em certa medida, têm origens em outros campos. Como exemplo, o autor cita: “a distorção sistemática da comunicação que compromete o sistema democrático, a crescente desigualdade social, a manipulação e disseminação de preconceitos e estereótipos do discurso ideológico dominante” (ROCHA, 2011, p. 25). Essa postura reflexiva torna-se, assim, um aspecto indispensável a jornalistas e a teóricos que buscam uma epistemologia autônoma para o

campo do jornalismo, cuja tarefa de atribuir significados aos fenômenos deve perpassar rupturas ideológicas e paradigmáticas (IJUIM, 2009a).

Nesse sentido, o que o autor parece querer argumentar é que a investigação em comunicação não está eximida de elaborar uma teoria com vínculo social e, por sua vez, os jornalistas não estão isentos de exercer o papel de intelectuais.

Sob essa perspectiva, Genro Filho (2012) aponta à possibilidade humana, criativa e criadora, de apropriação e ressignificação de conteúdos veiculados sob a “ótica burguesa”. Sem subvalorizar as potencialidades de todos os sujeitos, há espaço, portanto, para que mesmo sujeitos subalternizados possam agir politicamente frente às construções ideológicas pré-determinadas e, a partir daí, desconstruí-las ou ressemantizá-las. O caminho emancipatório seria, dessa forma, autônomo e referenciado nos próprios sujeitos oprimidos; não partiria, assim, de lugares privilegiados que olham os sujeitos subalternizados como objetos. É um total empoderamento epistemológico e ontológico do ser, que se constitui como agente de mudança da sua própria realidade social. “Portanto, a relação do fenômeno jornalístico com a indústria cultural – definida segundo Adorno e Horkheimer – é de unidade e contradição. Uma relação tensa, de mútua pertinência em certos momentos, mas não de identidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 139).

Disso, o autor aponta que o jornalismo adota uma função social historicamente determinada que pode superar os interesses ideológicos da classe que o gerou. Também propõe que a esterilização da informação jornalística, através da singularização do conteúdo dos fatos, é a negação das possibilidades históricas do jornalismo. Nesse contexto, a informação jornalística, que na etapa ascensional do sistema capitalista era um fator que favorecia as classes dominantes, “agora pode vir a representar um perigo iminente, devido ao próprio aguçamento das contradições sociais” (GENRO FILHO, 2004, p. 167).

A partir desses pressupostos é que abordaremos, em seguida, a perspectiva de que o jornalismo possui não somente um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e contra as opressões a que os sujeitos subalternizados estão submetidos, mas um potencial desalienador insubstituível para uma construção emancipatória dos sujeitos.

3 Seria possível um jornalismo descolonizado?

Os problemas da arte de tecer o presente provêm de múltiplos focos. Por um lado, a crise da modernidade afeta diretamente as gramáticas racionalizantes que informaram o jornalismo e a comunicação social; por outro lado, as megaoperações da cultura industrializada põem a nu a má distribuição da renda simbólica; por outro lado ainda, a crise de percepção coisifica a consciência humana e perturba

profundamente as visões de mundo que se apresentam nas narrativas (MEDINA, 2003, p. 49).

Como discutido anteriormente, as tensões entre os discursos hegemonicamente naturalizados e aqueles que apresentam realidades subalternizadas concorrem pela busca por legitimidade no âmbito da imprensa. Nesse caso, contudo, a competição não apresenta condições igualitárias; tampouco possibilita o livre acesso dos “marginalizados” aos espaços comunicacionais.

Além disso, denota-se que a atividade jornalística é eminentemente ideológica. Por isso, apreender os fatos e relatá-los por intermédio de veículos de difusão coletiva significa projetar visões de mundo. Os jornalistas atuam, nesse caso, como “mediadores entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõem um universo sociocultural” (MELO, 2006, p. 56). Nesse sentido, o jornalismo como forma de apreensão da realidade permitiria, segundo Genro Filho, pela natureza mesma do conhecimento que produz, “uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social” (GENRO FILHO, 2012, p. 188), possibilitando, assim, uma previsão ativa e de cunho político sobre esse processo – que é, muitas vezes, ditado por uma lógica excludente e opressora.

Mattelart e Mattelart (2011) apontam que as rupturas dos paradigmas modernos, propostas no início do século XX, auxiliaram no processo de estabelecimento de uma sociedade midiaticizada que é complexa, quando não caótica, e que convive sob a pressão de múltiplas racionalidades (locais, étnicas, sexuais, religiosas, entre outras). Segundo eles, não haveria mais, pois, únicas histórias, realidades ou verdades. E essa liberação das diversidades, mesmo que caminhando contra as correntes hegemônicas, talvez seja a possibilidade descoberta para uma ontologia humana libertária.

Em avanço, Medina (2008) sugere, sob perspectiva semelhante, que se torna um desafio tentar definir o jornalismo como uma possibilidade na busca pelo entendimento do mundo, sem antes estabelecer sob qual ponto de vista se quer analisar a realidade imediata e sem estabelecer, primeiramente, qual mundo queremos no futuro. Nesse sentido, uma vez que o jornalismo propõe historicamente uma possibilidade epistemológica alternativa, por exemplo, à lógica científica, uma teoria capaz de abrangê-lo pode problematizar sua conexão com outros campos do conhecimento. A partir dessa perspectiva, Genro Filho afirma que:

a compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo

dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto (GENRO FILHO, 2012, p. 228).

Contemporaneamente, pesquisadores da área da comunicação e jornalistas estudiosos se dedicam cada vez mais a decifrar a complexidade dos acontecimentos, procuram amarrar significados emergentes com seus nexos histórico-culturais, descobrem o protagonismo social onde ele era imperceptível, saem atrás de especialistas e institutos de pesquisa para diagnosticar situações-limite. Relacionar o campo do jornalismo com o dos estudos pós-coloniais pode revelar, assim, uma proposta muito promissora.

Valendo-se das formulações elaboradas por Santos (2002; 2010), tal proposta, em primeiro lugar, deveria romper com o pensamento abissal ao qual esta prática de apreensão da realidade está submetida, garantindo uma resistência epistemológica frente ao paradigma exclusivo que não permite acesso às comunidades marginalizadas ao protagonismo dos conteúdos jornalísticos veiculados. Segundo, deve-se evidenciar os não-ditos, relembrar os esquecidos e trazer à centralidade os deslocados do espectro social, levando-se em conta suas idiossincrasias e seus complexos processos de relacionamento social e interpessoal. Só assim seria possível criar condições para conhecer e valorizar a inesgotável experiência cultural e epistêmica que está em curso no mundo de hoje. Spivak aponta que “tornar o pensamento ou o sujeito pensante transparente ou invisível parece, por contraste, ocultar o reconhecimento implacável do Outro por assimilação” (SPIVAK, 2010, p. 83).

3.1 Construções discursivas e desnaturalização de hegemonias

Em linhas gerais, Homi Bhabha (2003) aponta as principais implicações que o discurso colonial europeu incutiu sobre os povos colonizados – e que, em certa medida, repercutem até a contemporaneidade. Segundo o autor, sob o olhar dominante, era considerado que as populações americanas, africanas e asiáticas eram formadas, em sua maioria, por tipos degenerados, sexualizados, racializados, ignorantes e inferiorizados. Essa concepção ideológica buscava justificar a “conquista” do povo branco sobre os demais povos, garantindo o estabelecimento de sistemas de administração e instrução das colônias. Nesse processo de legitimação, há um silenciamento das classes não-dominantes e, conseqüentemente, ocorre uma invisibilidade cultural, política e social, como indicado por Santos (2002, p. 248): “de acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural”. A partir disso, a busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de

desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal, eurocêntrica e ocidental. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social.

Nesse contexto, abordando o bojo dos estudos pós-coloniais, pode-se tomar o jornalismo como um campo em que se torna possível estabelecer relações contra-hegemônicas, abrindo espaço para os subalternos e para práticas narrativas que superam as normatividades tradicionais. Na medida em que a prática jornalística se apropria de procedimentos semelhantes aos da ciência e aos da arte, ela assume a latência de catalisar mudanças “a partir de dentro” do sistema moderno – tanto no sentido de desconstruir, quanto no de desnaturalizar as diferenças perpetuadas pelo referencial hegemônico e colonial.

A partir daí, esse trabalho desconstrutivo no âmbito do discurso só será possível se forem provocados, de fato, deslocamentos de fala, de linguagem, de estética, de tempo e de espaço. As construções narrativas do jornalismo, por serem desenvolvidas dentro de rotinas e lógicas de trabalho próprias do campo jornalístico, integram estruturas específicas de percepção e organização do mundo, ou seja, participam ativamente da produção e reprodução de padrões perceptivos e do espectro ideológico de uma época, seus costumes, projetos e propósitos. “Por isso, reforça-se a necessidade de problematizar a naturalização que tende a atravessar as práticas discursivas do jornalismo informativo, seus pressupostos e efeitos, com um olhar que ponha em questão inclusive o próprio lugar de onde se olha” (VOGEL, 2005, p. 124).

Nesse sentido, valendo-se dos mecanismos que a argumentação discursiva opressora adota para ser bem-sucedida no âmbito do jornalismo, esta requer que os mecanismos que regulam sua eficiência permaneçam invisíveis. Tornam-se invisíveis, em consequência, os sujeitos marginalizados pela percepção hegemônica dos processos sociais.

Tendo isso em vista, denota-se que apenas na medida em que se dominam as técnicas elementares de produção jornalística, mesmo construídas por uma tradição colonizadora, é que se pode propor rupturas, estabelecidas no confronto do ordenamento vigente com propostas de reconhecimento mútuo entre sujeitos “diferentes” – buscando a superação do reconhecimento ao alcançar o âmbito da coexistência e da copresença. No caso do jornalismo enquanto forma de apreensão da realidade, esse reconhecimento do Outro se dá através do reconhecimento do sujeito-objeto da investigação como ator social capaz de construir conhecimento e visão de mundo próprios. Nesse caso, Daisi Vogel adverte que:

O jornalismo não pode, por esse viés, abrir mão do texto bem escrito, das edições cuidadas e das apurações bem-feitas, qualidades que se colocam como fundamentais

para a comunicação. Concomitantemente, a experiência de escrita precisa vir acompanhada pelo exercício de pensar sobre o escrever. Só assim é possível desconfiar das frases, palavras, expressões e soluções que se impõem com excesso de facilidade (VOGEL, 2005, p. 129).

Nesse caso, ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido, Spivak (2010) propõe que o intelectual ou o jornalista engajados com as propostas pós-coloniais sistematicamente "desaprende" o privilégio do local de fala hegemonicamente naturalizado. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a reformular o discurso estabelecido com ferramentas que não apenas substituem a figura perdida do sujeito colonizado, mas que busquem empoderá-lo oferecendo-lhe mecanismos emancipatórios críticos e engajados.

3.2 Argumentação social e política: a imprensa como ferramenta de emancipação

Ao longo dos anos, a prática do jornalismo tem se configurado como uma atividade política, ou como uma ferramenta para a criação de um espaço privilegiado para a atuação pública das vanguardas das classes sociais, visto que, durante o século XX, o jornal passa a assumir o papel de tribuna da cidadania e de instrumento de participação social. Mesmo assim, este processo de comunicação coletiva denota marcas ideológicas que transparecem com nitidez nos textos, imagens e sons que transmite. Esse traço do jornalismo, a partir da consolidação da sociedade burguesa, vai se esmaecendo na medida em que a própria burguesia, como classe dominante, cria artifícios para descaracterizar o processo de dominação social e instaurar no senso comum a ideia de uma sociedade em que os conflitos de classe não existem. Com isso, ocorre um processo sutil de “desideologização” e de despolarização do jornalismo, que abrem espaço para os conceitos de objetividade, neutralidade e imparcialidade, que, na verdade, são os pilares da própria “ideologia do jornalismo” na sociedade capitalista (MELO, 2006).

Nesse contexto, Meditsch explica que a maneira explícita como o jornalismo refletiu a questão do poder e revelou o seu caráter subjetivo foi que determinou sua utilidade como forma historicamente condicionada de representação da realidade, atendendo às necessidades de uma classe definida. Atualmente, contudo, ocorre “sua substituição por uma racionalidade que oculta os sujeitos e entifica os processos como se eles se fizessem acima dos homens” (MEDITSCH, 1992, p. 41). Apesar disso, Genro Filho ressalta a possibilidade de que:

Através dos modernos meios de comunicação radicaliza-se a possibilidade das transformações na consciência e na cultura. Portanto, aumenta a possibilidade do sujeito coletivo agir diretamente sobre si mesmo, a partir de suas diferenças internas, contradições e potencialidades daí decorrentes (GENRO FILHO, 2012, p. 90).

Uma questão essencial deve ser a ampliação da presença política dos sujeitos subalternos nos meios de comunicação, visando a uma ampliação do debate público acerca das desnaturalizações das hegemonias – como condição para que a qualidade das informações produzidas pelos jornais, em termos ideológicos e culturais, seja coincidente com determinadas metas históricas definidas coletivamente.

A partir desse ponto de vista, e considerando o conceito elaborado por Canclini (1998), pode-se tomar o jornalismo como uma atividade que permite certo hibridismo, ou seja, que possibilita a fusão de relações dialéticas entre os fundamentos técnicos, ideológicos e estéticos historicamente normativos, com propostas de apropriação e de desconstrução desses pressupostos pelos sujeitos subalternizados. Segundo Meditsch, os jornalistas precisariam reconhecer-se não só como participantes da sociedade em crise, mas principalmente como ocupantes de uma posição específica dentro dela. “Só assim [o jornalista] poderá compreender a sociedade, no sentido que Gramsci deu à palavra, e ser capaz de contribuir com uma práxis efetiva de transformação em campos de atuação” (MEDITSCH, 1992, p. 51) como, por exemplo, o da imprensa.

Sem cair em reducionismos, mas atento às questões imbricadas na relativização das possibilidades que se revelam ao propor a emergência de Outras epistemologias, Santos ressalta que a multiplicação e diversificação das experiências disponíveis e possíveis levantam dois problemas complexos: “o problema da extrema fragmentação ou atomização do real e o problema, derivado do primeiro, da impossibilidade de conferir sentido à transformação social” (SANTOS, 2002, p. 261). Mesmo assim, essa perspectiva mostra-se promissora na medida em que fornece subsídios epistemologicamente diversos que podem garantir mais acesso às comunidades marginalizadas e oprimidas pelos ditames hegemônicos ao campo do jornalismo enquanto práxis, teoria e ação política. Santos aponta, assim, que ao admitir certa relatividade cultural, implica-se perceber o universalismo eurocêntrico como uma das possibilidades existentes, “cuja supremacia como ideia não reside em si mesma, mas antes na supremacia dos interesses que a sustentam” (SANTOS, 2002, p. 264).

Considerações finais

Tendo em vista o caráter histórico, indeterminado, indefinido e imensuravelmente inacabado das maneiras com as quais se apreende a realidade, esta monografia buscou apresentar uma perspectiva de análise pós-colonial para o campo epistêmico do jornalismo, entendido como forma social de produção de conhecimento. Ao lidarem com uma multiplicidade de vozes, de modos de vida e com uma pluralidade de saberes que existem (e sempre existiram) no mundo, os jornalistas, de uma forma geral, podem agir como verdadeiros “tradutores” ou “intérpretes” das diversidades disponíveis à compreensão humana.

Mais do que isso, ao jornalismo, em um sentido amplo, cabe a tarefa de desconstruir hegemonias histórica e dialeticamente estabelecidas, conferindo espaços para que sujeitos oprimidos, subalternizados ou marginalizados possam dotar-se de autonomia e liberdade. Mecanismos como esse podem possibilitar, assim, que as lógicas aprisionantes de não-existência e de exclusão social sejam, enfim, superadas.

Com isso, a distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade pelo jornalista, de acordo com Cremilda Medina (2008, p. 31), “ressignifica o cientificismo positivista do jornalismo tradicional e da autoria técnica dogmatizada nos manuais de redação”, proporcionando matérias jornalísticas que transmitem a experiência complexa e única das realidades pessoais e dos fatos sociais. Para a autora,

[...] ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. Da perspectiva individual, sociocomunicacional ou artística, a produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, as desesperanças, e sonha com um cosmos dinâmico, emancipatório (MEDINA, 2003, p. 48).

A partir disso, e reconhecendo a perspectiva pós-colonialista apresentada por esta monografia, questiona-se se seria possível pensar os termos das dicotomias abissais de apreensão da realidade fora das articulações e relações de poder que os unem? Ou seja, como propõe Santos (2002), se seria possível pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor?

A adoção de um jornalismo sensível e despretensioso pode configurar, em resposta, uma ferramenta alternativa para “narrar histórias de vida dos protagonistas sociais anônimos, deserdados, ocultados pelos heróis do poder estabelecido” (MEDINA, 2008, p. 31). Para tanto, Ijuim e Urquiza (2009b) sugerem que o profissional jornalista, consciente de sua

responsabilidade social, seja capaz de criar, ousar, transformar sua pauta em projeto, lançando mão de diversas ferramentas para produzir reportagens que sejam capazes de “fazer a diferença, causar movimento, desestruturar, desconstruir” (IJUIM; URQUIZA, 2009b, p. 87). A partir daí, segundo Cremilda Medina,

Tecer os sentidos contemporâneos num amplo contexto democrático, reconstituir as histórias de vida num cenário das diferenças culturais que se assinam nas múltiplas oraturas e cruzar as carências sociais com o gesto generoso dos pesquisadores e dos artesãos de um outro futuro despertam uma sensibilidade altamente complexa e de fina sintonia com o presente. A extensão destes aprendizados torna-se fundamental, não uma extensão arrogante como se a verdade da narrativa da contemporaneidade tivesse sido descoberta, mas uma troca imediata de experiências que enriqueça permanentemente a dialogia entre a pesquisa e a comunidade (MEDINA, 2003, p. 53).

Nesse contexto, a consciência racional, o traquejo especializado e a persistência na ação não são as únicas ferramentas para o trabalho disciplinado. O repórter, nessas circunstâncias, precisa “do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora” (MEDINA, 2008, p. 68). Daí advêm gestos solidários que se consumam na interação social. A partir disso, a epistemologia relacional sujeito-sujeito auxilia na desconstrução acima mencionada da operação mental da epistemologia positivista sujeito-objeto.

Tendo em vista o exposto acima, nesta monografia procurou-se estabelecer preliminarmente um diálogo entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo. Reconhece-se, contudo, que a abordagem adotada no trabalho ainda merece estudos mais aprofundados, sobretudo a partir da busca por contribuições outras que atentem, por exemplo, aos demais autores que compõem a corrente crítica latino-americana. Além disso, a compreensão da importância que a questão racial assume no contexto social, político e cultural brasileiro, tangencialmente abordado neste trabalho, pode configurar amplo espaço para reflexões futuras.

Para um jornalismo dialógico

Para finalizar esta breve série de elaborações, propõe-se a perspectiva de que o jornalismo, dotado de um caráter emancipatório e libertário, deve ser também dialógico e não bancário, como aponta Paulo Freire (2005). Ou seja, sob esse ponto de vista o jornalismo deve possibilitar o diálogo sujeito-sujeito, ultrapassando a lógica de transmissor de informações. Tal postura detém condição de existência somente por meio da práxis (pensar-agir). Nesse sentido, Jorge Ijuim (orientador desta monografia) sugere:

Esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do jornalista, ele estará contribuindo para estender ao seu público o exercício ético do qual pratica/participa diuturnamente. Em outros termos, podemos ratificar a argumentação já proposta: o ser que, pela ação e reflexão, contribui com a transformação da sociedade, como a sociedade contribui com a sua transformação (IJUIM, 2009a, p. 39).

Ao propor esse caráter humanizador, retoma-se uma percepção promissora do jornalismo e deixa-se de lado o caráter fatalista, adotado por alguns, que prevê o fim dos jornais. Seria um reducionismo acreditar, assim, que as rupturas trazidas por esta forma de apreensão da realidade possam acabar como se fossem “notícias do jornal de ontem”. Ao chegar à beira do abismo, em que à frente só existem incertezas, o desafio é tomar coragem e pular rumo ao desconhecido.

Referências bibliográficas

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In LANDER, Edgardo [org.]. *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Coleção Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOSTEGUY, A. C. **Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IJUIM, J. K. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31 - 43, jul./dez. 2009a.

_____.; URQUIZA, M. G. Autoria e humanização em Neide Duarte. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano VI, n. 1, p. 85-97, jan./jun. 2009b.

LANDER, E. [org.]. **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, Coleção Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÜCKMAN, A. P. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo**. 2013. 96 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis.

MATTELART, A; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MELO, J. M. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MORETZSOHN, S. **Pensando os contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In LANDER, Edgardo [org.]. **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Coleção Sur Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.227-278.

ROCHA, H. C. L. A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 20 - 35, jan./jun. 2011.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

_____.; MENESES, Maria P. [orgs.]. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SHOHAT, E; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, G. Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 95-107, 2005.

_____. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo. **E-compós**, Brasília, v. 12, n. 2, maio/ago. 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VOGEL, D. A escrita da notícia e a ordem do mundo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 123-131, 2005.